

612 DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES E TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

Essas medidas, por sua natureza, são privativas da atuação do poder estatal. Como se percebe por mais esse aspecto, o juízo arbitral não se desgarra totalmente da jurisdição. Ademais, a execução da sentença arbitral é atribuição do Poder Judiciário.

30.6 Requisitos do Compromisso.

Autorização para Decidir por Equidade

O art. 10 da Lei no 9.307/96 enuncia os requisitos obrigatórios do compromisso:

I - o nome, profissão, estado civil e domicílio das partes;

II - o nome, profissão e domicílio do árbitro, ou dos árbitros, ou, se for o caso, a identificação da entidade à qual as partes delegaram a indicação de árbitros;

III - a matéria que será objeto da arbitragem; e

IV - o lugar em que será proferida a sentença arbitral.

O art. 11 enumera os requisitos acidentais do compromisso arbitral:

I - local, ou locais, onde se desenvolverá a arbitragem;

II - a autorização para que o árbitro ou os árbitros julguem por equidade, se assim for convencionado pelas partes;

III - o prazo para apresentação da sentença arbitral;

IV - a indicação da lei nacional ou das regras corporativas aplicáveis à arbitragem, quando assim convencionarem as partes;

V-a declaração da responsabilidade pelo pagamento dos honorários e das despesas com a arbitragem; e

VI - a fixação dos honorários do árbitro, ou dos árbitros."

O parágrafo único do art. 11 da mencionada lei especifica que quando as partes fixarem os honorários dos árbitros no compromisso arbitral, este constituirá título executivo extrajudicial. Se não ocorrer essa fixação, os árbitros devem requerer ao órgão do Poder Judiciário, que seria competente para julgar originalmente a causa, que os fixe por sentença. Nessa ação, cuidar-se-á, portanto, do arbitramento dos honorários. Por conseguinte, será de toda conveniência que as partes já estabeleçam de plano o valor dos respectivos honorários.

ARBITRAGEM 613

Embora os requisitos essenciais possam ser complementados a qualquer momento pelas partes, sua falta tornará ineficaz o compromisso. A matéria requer o devido cuidado, pois, por exemplo, nem sempre a omissão da correta profissão de um dos compromitentes terá o condão de jogar por terra a avença.

O aspecto que exige maior cuidado diz respeito ao objeto do litígio, pois desse modo fixam-se os contornos e limites de atuação dos árbitros, evitando-se julgamento extra-petita, portanto anulável. Desse modo, cumpre que os compromitentes descrevam perfeitamente o objeto do litígio, circunscrevendo a atividade do juízo arbitral.

Estabelecido prazo para a apresentação da sentença arbitral, as partes devem fixar pena para a prolação a destempo. Essa multa, na qual incorrerão os árbitros, será pecuniária.

Poderá ocorrer a ineficácia da sentença arbitral se prolatada a destempo, com a extinção do compromisso, nos termos do art. 12, III. A matéria é de manifestação de vontade das partes e sua conseqüente interpretação. Proferida serodidamente, sem justa causa, podem os árbitros ficar sujeitos à indenização por perdas e danos.

Em contratos internacionais, principalmente, é importante que se esta- beleça qual o ordenamento jurídico nacional que se utilizará. A lei também se refere à aplicação de regras corporativas. Podem ser expressamente indi- cados para aplicação, por exemplo, o estatuto social de uma empresa, o regu- lamento de uma entidade ou um acordo de cavalheiros. Nada obsta ainda que as partes indiquem determinada lei de um país e, supletivamente, que se aplique o direito de outro. Em qualquer caso, porém, o cuidado das partes deve ser no sentido de não dificultar a tarefa dos árbitros a ponto de impedir a decisão. O local da arbitragem nem sempre coincidirá com o do ordena- mento aplicável.

Omisso o compromisso sobre a lei nacional aplicável, temos que ter em mira que deve preponderar a vontade presumida das partes. Se as partes têm domicílio no mesmo país, presumimos que esse respectivo ordenamento seja a lei escolhida. Se domiciliadas em países diversos ou de nacionalidades di- versas, temos de averiguar o que mais se amolda à vontade das partes, em sín- tese, à vontade contratual, pois assim deve ser considerado o compromisso.

A autorização para os árbitros decidirem por eqüidade segue a tradição histórica no campo da arbitragem. Como vimos, nem sempre a decisão com estrita observância da técnica jurídica será conveniente para o caso concreto, geralmente ilustrado por questões tecnológicas de alta complexidade. Por isso, podem as partes autorizar a decisão por eqüidade. A função da eqüida- de é atenuar a rudeza da regra jurídica. Na realidade, o conceito de equidade não se afasta do conteúdo do próprio Direito, pois, enquanto este regula a

614 DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES E TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

sociedade com normas gerais, a eqüidade procura adaptar essas normas a um caso concreto.

A equidade busca aparar arestas na aplicação da lei, a fim de que não se cometa injustiça. A eqüidade é não só o abrandamento de uma norma em um caso concreto, como também sentimento que brota do âmago do julga- dor. Como seu conceito é filosófico, dá margem a várias concepções. O Cód- go Civil, em princípio, não se refere diretamente à equidade, a qual não se classifica exatamente como uma fonte de direito, mas um recurso, para que não ocorra o *summum ius summa iniura*, isto é, para que a aplicação cega da lei não leve a uma iniquidade. O art. 1.040, IV, do Código Civil de 1916 já ela se referia, autorizando os árbitros no compromisso a decidirem por eqüi- dade. O art. 1.456 também lhe fazia menção ao tratar da interpretação de as- pecto do contrato de seguro.

a

Como a equidade é antes de mais nada uma posição filosófica, cada aplicador do direito lhe dará uma valoração própria, mas com idêntica finali- dade, qual seja, o abrandamento da norma. Em sua aplicação, existe muito de subjetivismo, portanto. Decide-se pelo que é justo, nem sempre pelo que é legal. É oportuno lembrar que as compreensões dos fins sociais do contrato e da boa-fé objetiva, decantados pelo Código de 2002, relacionam-se direta- mente com a eqüidade.

Se não há autorização expressa das partes para o julgamento por equi- dade, a decisão arbitral que o faça fica sujeita à anulação por meio de ação própria pelo procedimento comum ou por meio de embargos do devedor, se houver execução judicial (art. 33, § 1o).

30.7 Dos Árbitros

É da essência do compromisso que as partes se louvem em um ou mais árbitros. Conforme o art. 13, "pode ser árbitro qualquer pessoa capaz e que te- nha a confiança das partes".

Segundo esse dispositivo, poderão nomear um ou mais árbitros, sempre em número ímpar, podendo nomear os respectivos suplentes. Lembre-se de que se o árbitro se recusar à tarefa, inexistindo substituto indicado, o compromisso extinguir-se-á (art. 12, I).

Se as partes nomearem árbitros em número par, a lei autoriza que desde logo os próprios julgadores indiquem mais um árbitro. Se não houver acordo a esse respeito, as partes requererão ao órgão do Poder Judiciário a que tocara, originalmente, o julgamento da causa, a nomeação do árbitro, aplicando-se, no que couber, o mesmo procedimento de execução da cláusula compromissória (art. 13, § 2º).

ARBITRAGEM 615

Leve em consideração que, em sede de compromisso arbitral, a proeminência é da vontade dos interessados. Podem as partes estabelecer o processo de escolha dos árbitros, inclusive atribuindo a uma entidade especializada a possibilidade de fazê-lo. Refere-se a Lei no 9.307/96 que podem "adotar as regras de um órgão arbitral institucional ou entidade especializada" (art. 13, § 3º). Desse modo, podem os compromitentes admitir o julgamento de uma entidade especialmente estruturada para atuar como câmara ou juízo arbitral. Podem, pois, as partes submeter a escolha dos árbitros a essa entidade à qual confiaram o julgamento.

Quando forem nomeados vários árbitros, estes, por maioria, elegerão o presidente do tribunal arbitral. Se não houver consenso, a atribuição será do mais idoso (art. 13, § 4º). O árbitro ou o presidente poderá designar um secretário, cuja escolha pode recair sobre um dos próprios julgadores (§ 6º).

Os árbitros desempenham no compromisso a mesma função do juiz togado, ficando sujeitos a idênticas responsabilidades. Esse o sentido do art. 18: "O árbitro é juiz de fato e de direito, e a sentença que proferir não fica sujeita a recurso ou a homologação pelo Poder Judiciário." Assim como o magistrado inserido no órgão estatal, "no desempenho de sua função, o árbitro deverá proceder com imparcialidade, independência, competência, diligência e discricionariedade" (art. 13, § 6º).

Desse modo, não pode o árbitro divulgar sua opinião sobre o processo antes de proferida a decisão nem comentá-la com terceiros sob pena de comprometer sua atuação, tornando-a suspeita.

O custeio do juízo arbitral cabe às partes. Por isso, o árbitro ou o tribunal arbitral podem determinar que se adiantem despesas e valores necessários para diligências (art. 13, § 7º).

Como juízes da questão que lhe foi afeita, na forma do art. 14 da Lei no 9.307/96, os árbitros submetem-se a idênticas restrições de impedimento e suspeição estabelecidos no CPC para os magistrados togados, com os respectivos deveres e responsabilidades (arts. 134 e 135). Dentro desses princípios, quem for indicado para funcionar como árbitro tem o dever de revelar, antes de aceitar a função, qualquer fato que denote dúvida justificada quanto a sua imparcialidade e independência (art. 14, § 1º). Nada impede, porém, que ambas as partes, cientes de eventual impedimento ou suspeição, admitam o árbitro. Para tal é necessário que os compromitentes sejam expressos a respeito da causa de impedimento e suspeição. É possível, por exemplo, que as partes escolham para árbitro amigo comum, que tenha conhecimento prévio da pendência. Acordando a esse respeito, desaparece o impedimento ou suspeição.

O § 2º do art. 14 complementa que o árbitro somente poderá ser recusado por motivo ocorrido após sua nomeação, podendo sê-lo por motivo ante-

616 DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES E TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

rior quando não for nomeado diretamente pela parte ou o motivo para sua recusa for conhecido posteriormente a sua nomeação. Desse modo, tão logo tenha conhecimento da suspeição ou impedimento, a parte deve opor a recusa, fazendo-o sob a forma de exceção, nos termos do art. 20.

A escusa, falecimento ou impossibilidade de o árbitro indicado aceitar o encargo fará com que assuma o substituto indicado no compromisso, se houver (art. 16). Se não houver substituto indicado para integrar o corpo de julgadores, poderão ser obedecidas as regras do órgão arbitral institucional ou entidade especializada, se assim for previsto na convenção. Indicada uma entidade para o julgamento, essa pessoa jurídica se encarregará de providenciar a formação do conselho de arbitragem, se o contrário não resultar da pactuação. Se nada dispuser a convenção e se as partes não lograrem acordo a respeito da substituição de árbitro, proceder-se-á conforme o procedimento do art. 7º (procedimento de instituição de arbitragem), a menos que as partes tenham declarado expressamente não aceitar substituto (art. 16, § 2º). Nesta última hipótese, extingue-se o compromisso arbitral (art. 12, I).

A Lei no 9.307/96 equipara os árbitros, "no exercício de suas funções ou em razão delas", a funcionários públicos, para efeitos da legislação penal (art. 17). Desse modo, além de sujeitarem-se à indenização por perdas e danos se agirem com culpa nos termos do art. 159 do Código Civil, são passíveis de responsabilização penal por delitos próprios de funcionário.

30.8 Do Procedimento Arbitral

Da cláusula compromissória as partes decolam para a redação do compromisso. Esse compromisso converte-se verdadeiramente em arbitragem quando aceita a nomeação pelo árbitro (art. 19): "Considera-se instituída a arbitragem quando aceita a nomeação pelo árbitro, se for único, ou por todos, se forem vários."

Os árbitros, ao examinarem a questão, podem entender que há aspectos que devem ser aclarados. Pode, por exemplo, não estar muito clara a extensão da arbitragem ou a descrição do litígio. Nessa hipótese, prevê a lei que por iniciativa do tribunal arbitral seja elaborado um adendo à convenção (art. 19, parágrafo único):

"Instituída a arbitragem e entendendo o árbitro ou o tribunal arbitral que há necessidade de explicitar alguma questão disposta na convenção de arbitragem, será elaborado, juntamente com as partes, um adendo, firmado por todos, que passará a fazer parte integrante da convenção de arbitragem."

ARBITRAGEM

617

A suspeição ou o impedimento dos árbitros, bem como a nulidade, a invalidade ou a ineficácia da convenção, deverão ser alegados pela parte na primeira oportunidade que tiver para se manifestar após a instituição da arbitragem (art. 20). Acolhida a suspeição ou o impedimento, será o árbitro substituído na forma do art. 16 examinado supra. Se for reconhecida a incompetência do árbitro ou tribunal arbitral, bem como a nulidade, invalidade ou ineficácia da convenção de arbitragem, serão as partes remetidas ao órgão do Poder Judiciário competente para julgar a causa (art. 20, § 1º). No juízo competente, o magistrado decidirá sobre os aspectos formais respectivos do juízo arbitral. O rito será o do procedimento comum, por extensão do que consta no art. 33 da Lei no 9.307/96. Julgada insubsistente a decisão do árbitro ou juízo arbitral, voltarão os autos aos árbitros, que procederão à arbitragem. Decretada por sentença a incompetência ou invalidade,

extingue-se o juízo arbitral. Pode ocorrer que a nulidade inquene apenas parcialmente a atividade arbitral, hipótese na qual esta prosseguirá nos limites definidos pela sentença judicial.

Se os árbitros não acolherem a arguição sobre incompetência, nulidade, invalidade ou ineficácia, terá prosseguimento a arbitragem, sem prejuízo de a questão ser examinada pelo Poder Judiciário (art. 20, § 2º). O procedimento será o comum, conforme o art. 33 da Lei no 9.307/96.

Quanto ao procedimento da arbitragem, cabe às partes discipliná-lo (art. 21). Segundo o dispositivo, os compromitentes podem adotar as regras estabelecidas por órgão arbitral ou entidade especializada, facultando-se, ainda, ao próprio árbitro, ou ao tribunal arbitral, regular o procedimento. A tendência será escolherem as partes uma entidade arbitral especializada, a qual já terá estruturadas as regras básicas procedimentais. Qualquer que seja a situação, ainda que o procedimento seja estabelecido pelo próprio árbitro ou tribunal arbitral (art. 21, § 1º) (a exemplo do que estabeleciam os *pretores romanos*), "serão sempre respeitados no procedimento arbitral os princípios do contraditório, da igualdade das partes, da imparcialidade do árbitro e de seu livre convencimento" (art. 21, § 2º). A condução atrelada do procedimento e o cerceamento de defesa transgredindo esses princípios darão margem à anulação pelo judiciário da sentença arbitral (art. 32, VIII). É facultativa a participação de advogado na arbitragem, cabendo às partes sempre a possibilidade de designar representante (art. 21, § 3º). Se, por um lado, pode a parte fazer-se representar por advogado ou leigo, não pode o compromisso proibir a representação por meio de advogado, pois é direito fundamental a possibilidade de constituição de advogado qualquer que seja a esfera de direito em discussão.

A exemplo do processo comum, competirá ao árbitro ou ao tribunal, no início do procedimento, tentar a conciliação das partes. Embora a lei não o

4009

618 DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES E TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

diga, conveniente que se designe audiência para tal ou que essa tentativa ocorra na primeira audiência. A ausência de tentativa de conciliação por si só não inquina a decisão final.

Os árbitros, como julgadores de fato e de direito, conduzirão a instrução a exemplo dos magistrados togados. Mediante requerimento das partes ou de ofício podem tomar o depoimento das partes, ouvir testemunhas e determinar a realização de perícias ou outras provas que julgarem necessárias (art. 22).

"O depoimento das partes e das testemunhas será tomado em local, dia e hora previamente comunicados, por escrito, e reduzido a termo, assinado pelo depoente, ou a seu rogo, e pelos árbitros" (art. 22, § 1º). Nada impede que, acordando a respeito os compromitentes, possam os depoimentos ser admitidos por escrito, mediante questionário previamente remetido às partes e testemunhas. Ideal, porém, que como no processo judicial, exista concentração da prova e oralidade. Os depoimentos podem ser tomados por estenotipia, com a devida transcrição, bem como com utilização da informática. Nada obsta que com meios eletrônicos a audiência e a coleta de provas sejam realizadas a distância, com enorme economia de tempo e despesas para os interessados, geralmente domiciliados em países diferentes, com utilização de imagens televisivas simultâneas, com uso de redes informatizadas on-line e tudo aquilo que o futuro próximo nos reserva nesse campo. A arbitragem com esses novos meios tecnológicos pode servir de laboratório e desbravar

novo campo e dar impulso para sua utilização pela Justiça comum. Toda inovação tecnológica será possível desde que concordem as partes e respeitados os princípios fundamentais do processo.

A ausência da parte para prestar depoimento pessoal, sem justa causa, será levada na devida consideração pelo árbitro. Não podemos falar em pena de confissão na arbitragem, mas a simples recusa em depor poderá ser forte elemento de convicção para o julgador contra os interesses do faltoso. A ausência injustificada da testemunha abrirá ensejo ao árbitro ou tribunal arbitral para que requeira à autoridade judiciária a condução coercitiva da testemunha renitente (art. 22, § 2o).

O § 3o do artigo é expresso ao estatuir que a "revelia da parte não impedirá que seja proferida a sentença arbitral". A revelia caracteriza-se pela ausência de contestação. Consubstancia-se quando o demandado deixa transcorrer em branco o respectivo prazo; quando contesta intempestivamente e quando não impugna especificamente os fatos narrados pelo autor na petição inicial. Neste último aspecto, a revelia pode ser parcial. Na arbitragem, a revelia não só não impede a sentença, como não se presumem verdadeiros os fatos não contestados (art. 319 do CPC). Trata-se de mais um aspecto que deverá ser levado em conta pelos árbitros, em desfavor do contumaz, que não ficará impedido de participar do procedimento, sendo intimado de todos os atos, inclusive produzindo provas.

Como somente o Poder Judiciário poderá executar medidas coercitivas ou cautelares, delas tendo necessidade os árbitros, requererão ao juízo originalmente competente para julgar a causa (art. 22, 4o). Assim proceder-se-á se houver necessidade, por exemplo, de exame de livros contábeis ou documentos em poder de terceiros ou do Poder Público cujo acesso somente seja permitido por requisição judicial.

Em caso de substituição de árbitro, ficará a critério do substituto repetir as provas já produzidas (art. 22, § 5o).

30.9 Da Sentença Arbitral

A sentença arbitral encerra a atividade dos árbitros e põe termo ao compromisso (art. 29).

A fase executória judicial ou extrajudicial não mais pertence à arbitragem propriamente dita.

É obrigação dos árbitros proferir a sentença no prazo estipulado pelas partes. Se não houver prazo, este será de seis meses a partir da instituição da arbitragem ou da substituição do árbitro. As partes e os árbitros poderão de comum acordo prorrogar o prazo fixado (art. 23). Caso fortuito ou força maior devidamente comprovados podem justificar eventual retardamento dos árbitros na apresentação da sentença. Conforme visto, tendo expirado o prazo e notificado o árbitro pela parte para apresentar a sentença em 10 dias, extingue-se o compromisso (art. 12, M).

A sentença será necessariamente escrita (art. 24). Podem as partes estipular que seja redigida em língua estrangeira, mas a executoriedade em nosso país exigirá tradução juramentada. Havendo vários árbitros, a decisão será maioria. Se não for obtida maioria, prevalecerá o voto do presidente do tribunal arbitral (art. 24, § 1o). O voto divergente pode ser declarado em separado (§ 2o).

tomada

por

Se no curso da arbitragem o julgamento se deparar com questão que diga respeito a direito indisponível, como matéria prejudicial para a controvérsia, o juízo arbitral remeterá as partes à autoridade competente do Poder Judiciário, suspendendo o procedimento arbitral. Pode ocorrer que a questão dependa, por exemplo, do reconhecimento de paternidade de

uma das partes envolvidas. Resolvida essa questão pela sentença judicial, juntar-se-á aos autos com prova do trânsito em julgado, tomando a arbitragem seu curso normal (art. 25).

620 DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES E TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

O art. 26 da Lei no 9.307/96 enumera os requisitos obrigatórios da sentença arbitral:

I - o relatório, que conterá os nomes das partes e um resumo do litígio;

II - os fundamentos da decisão, onde serão analisadas as questões de fato e de direito, mencionando-se, expressamente, se os árbitros julgaram por equidade;

III-o

- o dispositivo, em que os árbitros resolverão as questões que lhes foram submetidas e estabelecerão o prazo para o cumprimento da decisão, se for o caso; e

IV-a data e o lugar em que foi proferida.

Parágrafo único. A sentença arbitral será assinada pelo árbitro ou por todos os árbitros.

Caberá ao presidente do tribunal arbitral, na hipótese de um ou alguns dos árbitros não poder ou não querer assinar a sentença, certificar tal fato."

Os requisitos da sentença arbitral coincidem, em suma, com os da sentença judicial (art. 458 do CPC). Acresce-se que a decisão arbitral deve mencionar expressamente se foi utilizada a equidade para o julgamento, matéria que exige autorização das partes. A decisão pode ser concisa, mas deve necessariamente ser motivada, pois aí reside a garantia das partes. A decisão dos árbitros deverá obedecer aos mesmos requisitos tanto se julgar o mérito como o descabimento do juízo arbitral. A sentença acolherá ou rejeitará os pedidos das partes, na forma do art. 459 do CPC.

O nome das partes é essencial para identificar os agentes atingidos pela decisão. A data e o lugar são essenciais, pois o requisito temporal poderá influir em eventual nulidade, com reflexos igualmente decorrentes do local onde foi proferida.

Proferida a sentença e conseqüentemente finda a arbitragem, o árbitro ou o presidente do tribunal arbitral remeterá cópia da decisão às partes, por via postal ou por outro meio qualquer de comunicação, mediante comprovação de recebimento, ou ainda, entregando-a diretamente às partes, mediante recibo (art. 29). Não importa o meio pelo qual se faça chegar a decisão ao interessado; basta que seja comprovadamente efetuado. A comprovação desse recebimento é importante porque estabelece o termo inicial para o pedido de correção ou esclarecimento (equivalente aos embargos de declaração) (art. 30) e para a propositura da ação de nulidade (art. 33, § 1º). Dispõe o art. 30 da Lei no 9.307/96: "No prazo de cinco dias, a contar do recebimento da notificação ou da ciência pessoal da sentença arbitral, a parte interessada, mediante

ARBITRAGEM 621

comunicação à outra parte, poderá solicitar ao árbitro ou ao tribunal arbitral que: I - corrija qualquer erro material da sentença arbitral; II - esclareça alguma obscuridade, dúvida ou contradição da sentença arbitral, ou se pronuncie sobre ponto omitido a respeito do qual devia manifestar-se a decisão. Parágrafo único. O árbitro ou o tribunal arbitral decidirá, no prazo de dez dias, aditando a sentença arbitral e notificando as partes na forma do art. 29."

Cuida-se do equivalente aos embargos de declaração do processo judicial (arts. 535 ss do CPC). No pedido de aditamento em tela, a lei exige a ciência da interposição da parte contrária, possibilitando, sem dúvida, que também se manifeste sobre a pretensão, ao contrário do que sucede nos embargos.

A finalidade do aditamento, assim como dos embargos de declaração, é restrita às hipóteses definidas em lei. Lembre-se de que na esfera judicial houve um desmedido alargamento no âmbito desse recurso. De qualquer modo, em princípio não podemos admitir o aditamento se o pedido tiver mero caráter infringente, objetivando nova decisão sobre a matéria já decidida. Não pode o aditamento objetivar insurgência sobre a justiça ou injustiça da decisão consubstanciando verdadeiro recurso, mas unicamente os limites de correção e esclarecimento descritos na lei. No entanto, se, por exemplo, o erro apontado na sentença referir-se a premissa fundamental que altere o rumo da decisão, é inevitável que o pedido e o aditamento poderão ter caráter infringente ou modificativo. Da mesma forma, estabeleceu-se ultimamente o mau vício de ajuizar embargos declaratórios sob a forma de questionário ou consulta formulada ao juiz. Evidente que esse procedimento não serve para esse propósito, pois, além de deselegante, refoge totalmente à finalidade da medida.

O art. 31 introduz a inovação fundamental da Lei no 9.307/96:

"A sentença arbitral produz, entre as partes e seus sucessores, os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário e, sendo condenatória, constitui título executivo."

Como anotado, a sentença arbitral constitui título executivo judicial (art. 584, III), prescindindo de homologação. Desse modo, a sentença arbitral faz coisa julgada entre as partes. Nesse sentido, aproxima-se da transação (art. 1.030 do Código Civil de 1916). Essa decisão arbitral, afora o pedido de aditamento, não permite outro recurso. Nada impede, no entanto, que as partes estabeleçam a possibilidade de recorrer para outro órgão arbitral, mormente na contingência de se submeterem ao ordenamento de entidade, câmara arbitral ou organismo inter-

622 DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES E TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

nacional, que preveja recurso para outro órgão arbitral. Em matéria de compromisso, prepondera a vontade contratual. A tramitação do recurso será determinada pela regra estabelecida. Contudo, se não houver faculdade expressa a esse respeito, a sentença arbitral, tal como descrita, será definitiva.

30.9.1 Nulidade da Sentença Arbitral

Duas são as formas para pleitear judicialmente a nulidade, invalidade ou ineficácia da sentença arbitral: por meio da ação própria de nulidade e dos embargos do devedor, conforme o art. 741 ss do CPC. É evidente que os embargos somente podem ser opostos se houver execução, e dentro do âmbito da matéria que pode ser versada nesses embargos, conforme o estatuto processual. Caso contrário, deve a parte interessada propor a ação para decretação de nulidade da sentença arbitral, no prazo estabelecido de 90 dias, a qual seguirá o procedimento comum do CPC (art. 33 da Lei no 9.307/96).

Leve em conta que, sendo a sentença arbitral um negócio jurídico, em princípio todos os vícios que o afetam podem inquiná-la. No entanto, tendo em vista a natureza e finalidade do juízo arbitral e seu cunho eminentemente procedimental substitutivo da sentença judicial, a lei fixa prazo decadencial de 90 dias para sua propositura (art. 33, § 1º):

"A demanda para a decretação de nulidade da sentença arbitral seguirá o procedimento comum, previsto no Código de Processo Civil, e deverá ser proposta no prazo de até noventa dias após o recebimento da notificação da sentença arbitral ou de seu aditamento."

Destarte, não temos de chamar à baila os prazos prescricionais estabelecidos no Código Civil, nem se levar em conta o prazo para a ação rescisória. Pela redação legal, contudo, verificamos que o pedido de aditamento suspende a contagem do prazo.

O art. 32 da Lei no 9.307/96 elenca as hipóteses de nulidade da sentença arbitral:

I - for nulo o compromisso;

II - emanou de quem não podia ser árbitro;

III - não contiver os requisitos do art. 26 desta Lei;

IV - for proferida fora dos limites da convenção de arbitragem;

V - não decidir todo o litígio submetido à arbitragem;

VI - comprovado que foi proferida por prevaricação, concussão ou corrupção passiva;

ARBITRAGEM 623

VII - proferida fora do prazo, respeitado o disposto no art. 12, inciso III, desta Lei; e

VIII - forem desrespeitados os princípios de que trata o art. 21, § 2º, desta Lei."

A nulidade deverá ser pleiteada em ação judicial conforme exposto (art. 33). Essa nulidade também pode ser argüida por meio de embargos do devedor, se proposta a execução, conforme o art. 741 ss do CPC (art. 33, § 3º da Lei no 9.307/96). Nesse caso, a alegação de nulidade não fica sujeita ao prazo de 90 dias para a ação de rito ordinário, mas à iniciativa da parte vencedora em promover a execução, cujo prazo é o mais extenso estabelecido para as ações pessoais (20 anos, art. 177 do Código Civil de 1916; reduzido para dez anos no atual Código).

Nos casos dos incisos I, II, VI, VII e VIII do art. 32, acolhida a pretensão, a sentença decretará a nulidade da decisão arbitral (art. 33, § 2º, I). Nas demais hipóteses, ao julgar procedente o pedido, a sentença determinará que o árbitro ou juízo arbitral profira novo laudo (art. 33, § 2º, II). Em qualquer situação, o juiz apenas examinará a validade do laudo, não podendo ingressar no mérito da decisão arbitral. Como percebemos, quando existem apenas vícios sanáveis no laudo arbitral, a sentença cassará a decisão e determinará que outra seja proferida. Assim, se a decisão não açambarcou todo o litígio proposto na arbitragem ou extrapolou seus limites, a hipótese será de nova decisão arbitral. Nada impede que o juiz entenda que a sentença arbitral é apenas parcialmente nula; o pedido será, pois, parcialmente procedente, subsistindo naquilo que for aproveitável. A cautela do juiz deve ser no sentido de não decidir sobre o que não foi objeto de contratação pelas partes.

Conforme o citado dispositivo, reconhecido pela sentença a nulidade do compromisso (D), a incapacidade ou impossibilidade de atuação do árbitro (II), sua prevaricação, concussão ou corrupção passiva (VI), a decisão fora de prazo (VII) e o desrespeito aos princípios do contraditório, igualdade das partes, imparcialidade do árbitro e seu livre convencimento (VIII), a decisão arbitral estará irremediavelmente perdida com o decreto de nulidade. Nas demais hipóteses do art. 32, quais sejam, se a decisão não contiver os requisitos obrigatórios do art. 26 (III); se foi proferida fora dos limites da convenção de arbitragem (IV) e se não decidiu todo o litígio a ela submetido (V); a sentença determinará que novo laudo arbitral seja proferido.

Há evidente paralelismo entre a ação de nulidade da decisão arbitral e a ação rescisória (art. 485 do CPC). Contudo, é muito mais amplo o âmbito de nulidade da decisão arbitral, pois seu conteúdo, em síntese, resulta de convenção entre as partes, que lhe serve de base. A decisão arbitral é analisada, como enfatizado, sob o prisma do negócio jurídico.

624 DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES E TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

Sob esse diapasão, ao estabelecer a Lei no 9.307/96 no art. 32, I, a hipótese de nulidade do compromisso, devem ser reportados os princípios de nulidade em geral dos atos jurídicos fundamentados no art. 104 (antigo, art. 82) do Código Civil ("agente capaz, objeto

lícito e forma prescrita ou não defesa em lei"). A nulidade da sentença arbitral não se confunde com a nulidade ou anulabilidade do compromisso ou cláusula compromissória, sujeitos aos defeitos que afetam os negócios em geral. Estes últimos seguem as regras ordinárias aplicáveis aos contratos ou negócios jurídicos bilaterais. Desse modo, em princípio, pode ser nulo ou anulável o compromisso arbitral e nesse caso os prazos prescricionais ou decadenciais são os gerais e não o especificado na lei em questão utilizável para anular exclusivamente o laudo arbitral. Assim, declarada a nulidade do compromisso, evidentemente cairá por terra a arbitragem que se lhe seguiu. Suponhamos, por exemplo, a hipótese de o compromisso ter vertido matéria que constitua objeto ilícito. Ainda que proferida a decisão arbitral, o vício intrínseco do negócio de conteúdo material que deu margem à arbitragem não desaparece e não se altera.

Não esqueça, ademais, que os próprios árbitros devem examinar a validade do compromisso e a matéria de nulidade pode e deve ser versada pelas partes. No entanto, como os atos nulos não se ratificam, não devemos entender vedada a pretensão anulatória contra o compromisso porque existente a sentença arbitral.

30.10 Sentenças Arbitrais Estrangeiras

Como acentuado, o mais vasto campo de atuação da arbitragem ora tratado é o dos contratos privados internacionais. Desse modo, o juízo arbitral pode ter sido convencionado para atuar dentro ou fora do território nacional. Sob tal prisma, especifica o art. 34:

"A sentença arbitral estrangeira será reconhecida ou executada no Brasil de conformidade com os tratados internacionais com eficácia no ordenamento interno e, na sua ausência, estritamente de acordo com os termos desta Lei. Parágrafo único. Considera-se sentença arbitral estrangeira a que tenha sido proferida fora do território nacional."

Para tal, a sentença arbitral sujeita-se unicamente à homologação do Supremo Tribunal Federal (art. 35), aplicando-se, no que couber, o disposto nos arts. 483 e 484 do CPC (art. 36). A sentença estrangeira obtém eficácia no Brasil mediante a homologação (art. 483).

Segundo o art. 484 do Código Civil

ARBITRAGEM 625

"a execução far-se-á por carta de sentença extraída dos autos da homologação e obedecerá às regras estabelecidas para a execução da sentença nacional da mesma natureza".

Desse modo, podem ser opostos embargos à execução nos termos de nossa lei.

São vários os tratados e convenções firmados por nosso país atinentes à matéria.

Lembre-se do Decreto Legislativo no 90/95, que aprovou o texto da Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional, de 30-1-1975, da cidade do Panamá; do Decreto Legislativo no 93/95, que aprovou o texto da Convenção Interamericana sobre Eficácia Extraterritorial das Sentenças e Laudos Arbitrais Estrangeiros, concluído em Montevidéu, em 8-5-1979, e do Decreto no 1.476/95, que promulgou o Tratado Relativo à Cooperação Judiciária e ao reconhecimento e execução de Sentenças em Matéria Civil, entre a Itália e o Brasil, de 17-10-1989. Certamente, outros tratados, acordos e convenções internacionais se seguirão decorrentes da intenção do legislador em fomentar a arbitragem e em decorrência da globalização dos problemas jurídicos e econômicos, como a adesão de nosso país à chamada Convenção de Nova Iorque, mais recentemente.

O interessado requererá a homologação, em escrito, que obedeça aos requisitos para a petição inicial, conforme o art. 282 do CPC (art. 37). Este artigo da Lei de Arbitragem enumera quais os documentos que devem instruir necessariamente essa petição:

"I - o original da sentença arbitral ou uma cópia devidamente certificada, autenticada pelo consulado brasileiro e acompanhada de tradução oficial;

II - o original da convenção de arbitragem ou cópia devidamente certificada acompanhada de tradução oficial."

Outros documentos úteis para a homologação, a critério da parte, podem ser anexados. O procedimento da homologação é o previsto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (arts. 218-224). A homologação de sentença estrangeira é atividade privativa do Supremo Tribunal Federal, como expressão da soberania do Estado brasileiro nas relações de direito internacional, segundo a Constituição Federal (art. 102, I, h).

O art. 38 da Lei no 9.307/96 descreve as hipóteses nas quais a homologação poderá ser negada. É expresso o dispositivo:

"Somente poderá ser negada a homologação para o reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira, quando o réu demonstrar que:

4009

626 DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES E TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

I - as partes na convenção de arbitragem eram incapazes;

II - a convenção de arbitragem não era válida segundo a lei à qual as partes a submeteram, ou, na falta de indicação, em virtude da lei do país onde a sentença arbitral foi proferida;

III – não foi notificado da designação do árbitro ou do procedimento de arbitragem, ou tenha sido violado o princípio do contraditório, impossibilitando a ampla defesa;

IV-a sentença arbitral foi proferida fora dos limites da convenção de arbitragem, e não foi possível separar a parte excedente daquela submetida à arbitragem;

V - a instituição da arbitragem não está de acordo com o compromisso arbitral ou cláusula compromissória;

VI - a sentença arbitral não se tenha, ainda, tornado obrigatória para as partes, tenha sido anulada, ou, ainda, tenha sido suspensa por órgão judicial do país onde a sentença arbitral for prolatada."

Ainda que homologada, não tendo sido a matéria especificamente controvertida e decidida pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de embargos o interessado pode discutir a nulidade do laudo arbitral estrangeiro no que for aplicável segundo o elenco do art. 32. A matéria, contudo, não deve ter sido objeto de decisão judicial pelo Estado estrangeiro, cuja decisão também deve ser homologada em nosso país.

Também será denegada a homologação do laudo, se o Supremo Tribunal Federal constatar que, segundo a lei brasileira, o objeto do litígio não é suscetível de ser resolvido por arbitragem e se a decisão ofender a ordem pública nacional (art. 39). O art. 216 do regimento do Supremo Tribunal Federal determina indeferir a homologação, além do conflito quanto à ordem pública, também quanto à soberania nacional e os bons costumes, o que também deve ser aplicável à arbitragem, embora será difícil ocorrer estas questões no campo arbitral. O parágrafo único do art. 39 teve o cuidado de ressaltar a possibilidade de citação de parte residente ou domiciliada em nosso país, aos moldes da convenção de arbitragem ou da lei processual do país de realização da arbitragem, admitindo-se inclusive a citação postal com prova inequívoca de recebimento, desde que assegure à parte tempo hábil para o exercício do direito de defesa. Não fosse a ressalva, certamente muitas seriam as alegações de nulidade de citação. Tal como posto na lei, a citação internacional na

arbitragem pode ser realizada sem maiores formalidades, desde que se comprove o efetivo recebimento e prazo razoável ou hábil para a defesa.

ARBITRAGEM 627

O indeferimento da homologação por vícios formais não obsta à parte que renove o pedido, uma vez sanados os defeitos apontados (art. 40). Note que o processo homologatório não pode adentrar o mérito, discutir a justiça ou injustiça, o acerto ou desacerto da decisão.

30.11 Extinção do Compromisso

Extingue-se a convenção arbitral ordinariamente quando o juízo profere a sentença.

O compromisso pode ser extinto por vontade das partes, pelo distrato, pois foi essa mesma vontade que o criou. Tratando-se de negócio bilateral, não pode ocorrer resilição unilateral.

A qualquer momento, podem as partes desfazer o compromisso, mesmo que já proferida a sentença arbitral. Haven- do vontade manifesta das partes, não há como obrigá-las a aceitar a decisão arbitral. O mesmo podemos dizer a respeito da sentença judicial: nada obsta que as partes transijam, ainda que já trânsita em julgado a sentença.

O art. 12 da Lei no 9.307/96 disciplina três situações de extinção do compromisso arbitral:

"I - escusando-se qualquer dos árbitros, antes de aceitar a nomea- ção, desde que as partes tenham declarado, expressamente, não aceitar substituto;

II - falecendo ou ficando impossibilitado de dar seu voto algum dos árbitros, desde que as partes declarem, expressamente, não aceitar subs- tituto; e

III-tendo expirado o prazo a que se refere o art. 11, inciso III, des- de que a parte interessada tenha notificado o árbitro, ou o presidente do tribunal arbitral, concedendo-lhe o prazo de dez dias para a prolação e apresentação da sentença arbitral."

Como vemos, a renitência das partes em aceitar substitutos dos árbitros pode pôr a perder o sentido da arbitragem.

Bibliografia

ABERKANE, Hassen. Essai d'une théorie générale de l'obligation propter rem en droit positif français. Paris: Librairie Générale du Droit et de la Jurisprudence, 1957.

ALEU, Amadeu Soler. Transporte terrestre. Buenos Aires: Astrea, 1980. ALMEIDA, Lacerda de. Dos efeitos das obrigações. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1934. ALTAMIRA, Pedro Guillermo. Curso de derecho administrativo. Buenos Aires: Depalma, 1971.

ALVES, José Carlos Moreira. Direito romano. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980. Direito romano. Rio de Janeiro: Forense, 1972. v. 1 e 2.

ALVIM, Agostinho. Da doação. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1972a. 1972b.

Da inexecução das obrigações e suas consequências. 4. ed. São Paulo: Saraiva, Do enriquecimento sem causa. RT, no 259, São Paulo, s.d. ALVIM, Pedro. O contrato de seguro. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

ANDRADE, Manuel A. Domingues de. Teoria da relação jurídica. Coimbra: Almedina, 1974. 2. v.

ANDREOLLI, M. La cesión del contrato. Madri: Revista de Derecho Privado, 1956.

630 DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES E TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

ARANGIO-RUIZ, Vincenzo. Instituciones de derecho romano. Buenos Aires: Depalma, 1973.

AZEVEDO JÚNIOR, José Osório de. Compromisso de compra e venda. São Paulo: Saraiva, 1979.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Contratos inominados ou atípicos. São Paulo: Bushatsky, 1975.

Teoria geral das obrigações. 2. ed. São Paulo: Hemeron, 1978b. AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Negócio jurídico. São Paulo: Saraiva, 1974. AZULAY, Fortunato. Do inadimplemento antecipado do contrato. Rio de Janeiro: Editora Brasília: Editora Rio, 1977.

BALBI, Giovanni. Verbete "obbligazione reale". Novissimo Digesto Italiano. Turim: Unione Tipografica, 1965. v. 11.

BARBERO, Domenico. Sistema del derecho privado: obligaciones. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa América, 1967. v. 3.

BARRETO FILHO, Oscar. Teoria do estabelecimento comercial. São Paulo: Max Limonad, 1969.

BARROS, Hamilton de Moraes e. Comentários ao código de processo civil. Rio de Janeiro: Forense, s.d., v. 9.

BASTOS, Jacinto Fernandes Rodrigues. Das obrigações em geral, segundo o código civil de 1966. Lisboa: Livraria Petrony, 1977. v. 1.

Lisboa: Livraria Petrony, 1972. v. 2 e 3.

Lisboa: Livraria Petrony, 1973. v. 4, 5 e 6.

BENDERSKY, Mario J. El concepto de fungibilidad y el negocio jurídico incumplido. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 1961.

BESSONE, Darcy. Da compra e venda. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

Do contrato: teoria geral. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987. BETTI, Emílio. Teoria geral do negócio jurídico. Tradução de Fernando de Miranda. Coimbra: Coimbra Editora, 1969. 2. v.

BEVILÁQUA, Clóvis. Código civil dos Estados Unidos do Brasil comentado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1934. v. 4.

Direito das obrigações. Edição histórica. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1977. Código civil comentado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916. v. 1.

4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1939. v. 5.

BIBLIOGRAFIA 631

BONAZZOLA, Julio Cesar. Fuentes de las obligaciones, el empobrecimiento sin causa, la voluntad jurigena. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 1955.

BORDA, Guillermo A. Manual de contratos. 14. ed. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 1989.

Manual de obligaciones. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1981. BORGES, João Eunápio. Títulos de crédito. Rio de Janeiro: Forense, 1971. CABRAL, Antônio da Silva. Cessão de contrato. São Paulo: Saraiva, 1987. CAETANO, Marcelo. Manual de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1970. CAMPOS FILHO, Paulo Barbosa de. Obrigações de pagamento em dinheiro, aspectos da correção monetária. Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Jurídica Universitária, 1971. CARESSI, Franco. Verbete "cessione del contrato". Novissimo Digesto Italiano. Turim: Torinese, 1967. v. 3.

CARNELUTTI, Francesco. Diritto e processo. Nápoles: Morano, 1958.

CARVALHO, Francisco Pereira de Bulhões. Sistema de nulidades dos atos jurídicos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

CAVALCANTI, José Paulo. Direito civil: escritos diversos. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

CESAR, Dimas de Oliveira. Estudo sobre a cessão do contrato. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1954.

CHAMOUN, Ebert. Instituições de direito romano. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Rio,

1977.

CHAVES, Antônio. Tratado de direito civil: obrigações. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984. v. 2, t. 1 e 2.

Direito à vida e ao próprio corpo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986. Lições de direito civil: direito das obrigações. São Paulo: José Bushatsky: Edusp, 1973.

Responsabilidade pré-contratual. Rio de Janeiro: Forense, 1959. Tratado de direito civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985. Tratado de direito civil: parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.

v. 1, t. 1 e 2.

CICALA, Rafaele. Verbetes "cessione del contrato". Enciclopedia del Diritto. Itália: Giuffrè, 1966. v. 6.

COLIN, Ambroise; CAPITANT, H. Cours élémentaire de droit civil français. 8. ed. Paris: Dalloz, 1934. 3. v.

632 DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES E TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

COMPARATO, Fábio Konder. Verbetes "obrigações de meios, de resultado e de garantia". In: Enciclopédia Saraiva de Direito. São Paulo: Saraiva, 1977. v. 55. CORDOBA, Alberto Brenes. Tratado de las obligaciones. San José, Costa Rica: Editorial Juricentro, 1977.

CORREIA, Alexandre; SCIASCIA, Gaetano. Manual de direito romano. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1953. v. 1.

COSTA, Mário Júlio de Almeida. Direito das obrigações. 4. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1984.

COVELLO, Sérgio Carlos. Contratos bancários. São Paulo: Saraiva, 1981.

CRETELLA JR., J. Da arbitragem e seu conceito categorial. Revista de Informação Legislativa, Senado Federal, no 98.

CUQ, Édouard. Manual des institutions juridiques des romains. 2. ed. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1928.

D'VANZO, Walter. Verbetes "caparra". Novissimo Digesto Italiano. Turim: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1957.

DAIUTO, Reynaldo Ribeiro. Introdução ao estudo do contrato. São Paulo: Atlas, 1995. DI

PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 1990. Do direito privado na administração pública. São Paulo: Atlas, 1989. DIAS, José de Aguiar. Cláusula de não-indenizar. Rio de Janeiro: Forense, 1980. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil. São Paulo: Saraiva, 1982. v. 1.

Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. São Paulo: Saraiva, 1983. v. 2.

Curso de direito civil brasileiro: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. São Paulo: Saraiva, 1984. v. 3.

DONATO, Maria Antonieta Zanardo. Proteção ao consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

ENNECCERUS, Ludwig; KIPP, Theodor; WOLFF, Martin. Derecho de obligaciones. In: Tratado de derecho civil. Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1947. v. 1, t. 2.

FABRICIO, Androaldo Furtado. Comentários ao código de processo civil. Rio de Janeiro: Forense, 1980. v. 8, t. 3.

FARIA, Werter R. Mora do devedor. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1981.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

BIBLIOGRAFIA 633

- FERREIRA, José G. do Valle. Enriquecimento sem causa. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, s.d.
- FILOMENO, José Geraldo Brito. Manual de direitos do consumidor. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- FLAH, Lily R.; SMAYEVSKY, Miriam. Teoría de la imprevisión. Buenos Aires: Depalma, 1989.
- FOIGNET, M. René. Le droit romain des obligations. Paris: Librairie Arthur Rousseau; 1934.
- FONSECA, Arnaldo Medeiros da. Caso fortuito e teoria da imprevisão. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1958.
- Prefácio do livro Enriquecimento sem causa, de José G. do Valle Ferreira. FRAGA, Gabino. Derecho administrativo. 13. ed. México: Porrúa, 1969. FRANÇA, R. Limongi. Instituições de direito civil. São Paulo: Saraiva, 1988.
- Manual de direito civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976. v. 4, t. 1. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: obrigações. São Paulo: Saraiva, 2002.
- GANDOLFI, Giuseppe. Verbetes "onere reali". Enciclopedia del Diritto. Milão: Giuffrè, 1980, t. 30.
- GARCEZ NETO, Martinho. Verbetes "onus real". Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Borsoi, s.d., v. 35.
- GARRIDO, Roque Fortunato; ZAGO, Jorge Alberto. Contratos civis y comerciales. Buenos Aires: Universidad, 1989.
- GEROTA, Démentre D. La théorie de l'enrichissement sans cause dans le code civil allemand. Paris: Librairie de Jurisprudence Ancienne et Moderne Edouard Duckemin, 1923.
- GIFFARD, A. E.; VILLERS, Robert. Droit romain et ancien droit français: les obligations. 4. ed. Paris: Dalloz, 1876.
- GIRARD, Paul Frédéric. Manual élémentaire de droit romain. 5. ed. Paris: Arthur Rousseau, 1911.
- GOMES, Orlando. Contratos de adesão. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972. Contratos. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983a.
- Introdução ao direito civil. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983b.
- Novos temas de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 1983c.

634 DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES E TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

- GOMES, Orlando. Obrigações. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- Transformações gerais do direito das obrigações. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.
- GONÇALVES, Luiz da Cunha. Princípios de direito civil luso-brasileiro. São Paulo: Max Limonad, 1951. 3. v.
- GUERREIRO, José Alexandre Tavares. Fundamentos da arbitragem do comércio internacional. São Paulo: Saraiva, 1993.
- GUTIÉRREZ, Graciela Nora Messina de Estrella. La responsabilidad civil en la era tecnológica. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1989.
- ITURRASPE, Jorge Mosset. Contratos. Buenos Aires: Ediar, 1988.

LARENZ, Karl. Derecho de obligaciones. Madri: Revista de Derecho Privado, 1958. v. 1.

LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros. Verbete "arbitragem, arbitragem comercial internacional". Enciclopédia Saraiva de Direito. São Paulo: Saraiva, 1996.

LIMA, João Franzen de. Curso de direito civil brasileiro. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984. v. 1: Introdução e parte geral.

Curso de direito civil brasileiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense 1979b. v. 2: Direito das obrigações, t. 1: Teoria geral das obrigações.

Curso de direito civil brasileiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979a. v. 2: Direito das obrigações, t. 2: Dos contratos e das obrigações por declaração unilateral da vontade.

Curso de direito civil brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 1979. v. 2, t. 1. LOBO, Paulo Luiz Neto. Condições gerais dos contratos e cláusulas abusivas. São Paulo: Saraiva, 1991.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. Curso de direito civil: introdução, parte geral e teoria dos negócios jurídicos. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1962a. v. 1.

Curso de direito civil. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1966. v. 2. Curso de direito civil: fontes contratuais das obrigações: responsabilidade civil. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1962b. v. 5.

Curso de direito civil: fontes das obrigações. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1964. v. 3.

O silêncio como manifestação da vontade. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1961.

LUZZATTO, Ruggero. Le obbligazioni nel diritto italiano. Turim: Giappichelli, 1950.

BIBLIOGRAFIA

635

MAGALHÃES, José Carlos de. A cláusula arbitral nos contratos internacionais. Revista de Direito Mercantil, no 43.

MAGALHÃES, Ruggero; BAPTISTA, Luiz Olavo. Arbitragem comercial. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1986.

MAIA, Paulo Carneiro. Verbete "obrigação propter rem". Enciclopédia Saraiva de Direito. São Paulo: Saraiva, 1980. v. 55.

MAIORCA, Sergio. Il contratto. Turim: Giappichelli, 1981.

MALUF, Carlos Alberto Dabus. A transação no direito civil. São Paulo: Saraiva, 1985.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Aportamentos sobre o contrato de leasing. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

MASNATTA, Héctor. El subcontrato. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1966. MAY, Gaston. Éléments de droit romain. 18. ed. Paris: Recueil Sirey, 1932. MAYNS, Charles. Cours de droit romain. 4. ed. Bruxelas: Boulant Christophe, 1889.

v. 2.

MEIRA, Sílvio Augusto de Bastos. Instituições de direito romano. 4. ed. São Paulo: Max Limonad, 1971. v. 2.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

Licitação e contrato administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Elementos de direito administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

MESSINEO, Francesco. Contratto. Milão: Giuffrè, 1979.

Dottrina generale del contratto. Milão: Giuffrè, 1948.

Il contrato in genere. In: Trattato di diritto civile e commerciale. Milão: Giuffrè, 1973. v. 21, t. 1. MIGUEL, Juan Luis. Resolución de los contratos por incumplimiento. 2. ed. Buenos Aires: Depalma, 1986.

MIRANDA, Custódio da Piedade Ubaldino. Interpretação e integração dos negócios jurídicos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

Teoria geral do negócio jurídico. São Paulo: Atlas, 1991.

MIRANDA, Pontes de. Tratado de direito privado. 3. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1971. v. 22, 23, 26, 28, 38.

4009

636 DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES E TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil: direito das obrigações. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 1979. v. 4, 1a parte.

Curso de direito civil: direito das obrigações. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 1980. v. 5, 2a parte.

Curso de direito civil: parte geral. 16. éd. São Paulo: Saraiva, 1977. v. 1. MOZOS, D. José Luis de los. Verbete "obligación real". Nueva Enciclopedia Jurídica. Barcelona: Francisco Seix, 1982. v. 17.

NÓBREGA, Vandick L. da. Compêndio de direito romano. 8. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1975. v. 2.

NOGUEIRA, Rodrigo. Estudio de las obligaciones naturales. Bogotá: Temis Libreria, 1980.

NONATO, Orosimbo. Curso de obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 1959a. v. 1 e 2.

Rio de Janeiro: Forense, 1959b. 2. v., 1a parte.

Rio de Janeiro: Forense, 1960a. 2. v., 2a parte.

Curso de obrigações. Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Jurídica e Universitária, 1971a, 3 parte.

Curso de obrigações: segunda parte. Rio de Janeiro: Forense, 1960b. v. 1 e 2. Curso de obrigações: terceira parte. São Paulo: Editora Jurídica e Universitária, 1971b.

OLIVEIRA, Juarez de (Coord.). Comentários ao código de proteção ao consumidor. São Paulo: Saraiva, 1991.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984a, v. 1: Introdução ao direito civil: teoria geral de direito civil.

Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 1972. v. 2. Instituições de direito civil: fontes das obrigações. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986. v. 3.

Instituições de direito civil: teoria geral das obrigações. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984b. v. 2.

PEREIRA, Luís César Ramos. A arbitragem comercial nos contratos internacionais. RT, v. 572, 1986.

PETIT, Eugene. Tratado elemental de derecho romano. Buenos Aires: Editorial Albertos, s.d.

PINTO, Carlos Alberto da Mota. Cessão da posição contratual. Coimbra: Atlântica Editora, 1980.

BIBLIOGRAFIA 637

PINTO, Carlos Alberto da Mota. Cessão de contrato. São Paulo: Saraiva, 1985.

PLANIOL, Marcel; RIPERT, Georges. *Traité élémentaire de droit civil*. Paris: Librairie Générale du Droit et de Jurisprudence, 1937. v. 2.

PORTO, Mário Moacyr. *Ação de responsabilidade civil e outros estudos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1966.

POTHIER. *Tratado das obrigações pessoais e recíprocas*. Tradução José Homem Correa Telles. Lisboa: Typographia de Antônio José da Rocha, 1889.

RAO, Vicente. *Ato jurídico*. Rio de Janeiro: Max Limonad, 1961.

REALE, Miguel. *O Estado de S. Paulo*, 5 out. 1996.

REPRESAS, Félix A. Trigo; STINGLITZ, Rubén S. (Org.). *Contratos*. Buenos Aires: La Rocca, 1989.

RESCIGNO, Pietro. *Verbete "ripetizione dell'indebito"*. *Novissimo Digesto Italiano*. Milão: Vinione, 1957.

REZZÓNICO, Juan Carlos. *Contratos com cláusulas predisuestas*. Buenos Aires: Astrea, 1987.

RIPERT, Georges. *La règle morale dans les obligations civiles*. 4. ed. Paris: Librairie Générale du Droit et de Jurisprudence, 1949.

RIZZARDO, Arnaldo. *Contratos*. Rio de Janeiro: Aide, 1988. 3 v.

RODRIGUES JÚNIOR, Otavio Luiz. *Revisão judicial dos contratos: autonomia da vontade e teoria da imprevisão*. São Paulo: Atlas, 2002.

RODRIGUES, Sílvio. *Direito civil: direito das obrigações*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1981a. v. 2.

Direito civil: dos contratos e das declarações unilaterais de vontade. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1981b. v. 3.

Direito civil: parte geral. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1981c. v. 1.

ROPPO, Enzo. *O contrato*. Tradução de Ana Coimbra e M. Januário C. Gomer. Coimbra: Almedina, 1988.

RUGGIERO, Roberto de. *Instituições de direito civil*. 3. ed. Tradução de Ary dos Santos. São Paulo: Saraiva, 1973a, v. 3.

Instituições de direito civil: direito das obrigações, direito hereditário. São Paulo: Saraiva, 1973b. v. 3.

SAMTLEBEN, Jürgen. *Questões atuais da arbitragem no Brasil*. RT, v. 712.

SCHIMIEDEL, Raquel Campani. *Negócio jurídico, nulidades e medidas sanatórias*. São Paulo: Saraiva, 1981.

638 DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES E TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

SIDOU, J. M. Othon. *A revisão judicial dos contratos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

SILVA, Agathe Elsa Schmidt da. *Compromisso de compra e venda no direito brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1983.

SIMÃO, José Fernando. *Vícios do produto no novo código civil e no código de defesa do consumidor*. São Paulo: Atlas, 2003.

SOARES, Guido Fernando Silva. *Verbete "arbitragem internacional"*. *Enciclopédia Saraiva de Direito*. São Paulo: Saraiva, 1996.

STIGLITZ, Rubén S. *Caracteres jurídicos del contrato de seguro*. Buenos Aires: Astrea, 1987.

TALLON, Denis; HARRIS, Donald (Dir.). *Le contrat aujourd'hui: comparaisons franco-anglaises*. Paris: Librairie Générale du Droit et de Jurisprudence, 1987.

TELLES, Inocência Galvão. *Direito das obrigações*. Coimbra: Coimbra Editora, 1982.

TRIFONE,

Romualdo. Verbete "onere reali: diritto vigente". Novissimo Digesto Italia- no. Turim: Unione Tipografico, 1965. v. 11.

TRINCAVELLI, Nélida E. La compraventa en Roma. Buenos Aires: Lerner, 1970. VARELLA, Antunes. Direito das obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 1977. VENOSA, Sílvio de Salvo.

Direito civil: direito das sucessões. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Direito civil: direito de família. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Direito civil: direitos reais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Direito civil: parte geral. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Lei do inquilinato comentada. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIANA, Marco Aurélio S. Contrato de construção e responsabilidade civil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

VON TUHR, A. Tratado de las obligaciones. Tradução de W. Roces. Madri: Reus, 1934.

WALD, Arnoldo. Obrigações e contratos. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.

WEILL, Alex; TERRÉ, François. Droit civil: les obligations. 10. ed. Paris: Dalloz, 1975.

WESTERMANN, Harm Peter. Código civil alemão: direito das obrigações. Tradução de Armindo Edgar Laux. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1983a. ZULUETA, F. de.

The roman law of sale. Oxford Press: Clarendon, 1945.

Ação

Índice Remissivo

Accipiens, 186 cominatória cumulada com pedido de Accipiens aliena indenização, 151 de dação em pagamento, 84, 295 (nota)

de in rem verso, 219

de locupletamento indevido por cambial prescrita, 216 (nota)

de preceito cominatório, 107 (nota)

de preferência, 66 (nota)

de reembolso movida pela seguradora líder, 281 (nota)

de reintegração de posse e indenização por perdas e danos, 333 (nota)

de resilição, 240 (nota) revisional de aluguel, 225

Ação de cobrança

de cotas condominiais, 62 (nota)

envolvendo pedido de reembolso de quantia paga por terceiro, 184

a terceiro de má-fé, 236

de boa-fé por título gratuito, 235 Aceitação tácita, 534 Acidente de trabalho obrigação líquida e certa, 148 prescrição, 129 (nota)

responsabilidade integral, 150 (nota) Acontecimentos extraordinários, 482

imprevisíveis, 482

Acordo de cavalheiros, 402

Acréscimos, 88

Adesão ao contrato, 366

Adjudicação e anulação de compra e venda, 67 (nota)

Advogado

responsabilidade, 79 (nota)
Agravio de instrumento, 174 (nota)
Ação para reparação de danos causados Alienação de veículo feita com aquies-
pelo uso indevido de marca
prescrição, 109 (nota)
cência do réu, 188 (nota)
Alienação fiduciária

640 DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES E TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

busca e apreensão, 294 (nota), 353 (nota)
em garantia, 226
Alimento
sentença que os fixa em um salário mínimo, 320
Anatocismo, 162
Antijuridicidade, 492
Anulabilidade da transação, 324
Apreciação pecuniária dos contratos, 455 Arbitragem, 599
conceito, 599
utilidade, 599
Árbitros, 614
Arras, 549
assecuratórias, 551
cláusula penal, 556
conceito, 549
confirmatórias, 534, 552
noção histórica, 551
novo código, 556
obrigação alternativa, 555
securatórias, 551
Arras penitenciais, 554
função secundária, 554
Arrendamento mercantil, 96 (nota) Arrendamento rural
pluralidade de devedores, 135 (nota)
Assunção da dívida, 350
característica, 353
conceito, 350
efeito, 355
espécie, 353
Assunção de débito imperfeita, 354
Ato
ilícito extracontratual, 260
jurídico, 377
Ausência
de causa jurídica, 221
de culpa do obrigado, 483
de interesse pessoal do empobrecido,
221

de mora do devedor, 483
Autocontrato, 443
Autonomia da vontade, 389 Avalista
exceções fundadas sobre relações pes- soais, 142 (nota)
Aviso de cobrança não remetido, 124 (nota)
Boa-fé
contratual no atual código, 392 objetiva, 392
subjetiva, 393
Campo de atuação do instituto, 366 Capacidade
dos contratantes, 452
para transigir, 320
Caso
em que aquele que recebeu não é
obrigado a restituir, 232
fortuito, 260
Causa nas obrigações, 44
Cedente, 342
Cedente e cedido
efeitos entre, 370
Cedido, 342
Cerceamento de defesa inócurren- te, 169
(nota)
Cessão
de débito, 350
de direitos, 348 (nota)
de locação, 360
do crédito ao adquirente do imóvel
penhorado, 281 (nota)
imprópria de contrato, 372
natureza jurídica, 346
posição contratual de compromisso de
casa popular, 363 (nota)
Cessão de contrato, 357, 366 introdução, 357
Cessão de crédito, 341
afinidades, 342
capacidade, 347
conceito, 342
espécies, 348
introdução, 341 judicial, 348 legitimação, 347 objeto, 347 pro soluto, 348 requisitos, 347
responsabilidade, 347
transmissibilidade das obrigações, 341 Cessão de posição contratual, 357, 363
(nota), 442
conceito, 359
efeitos, 368
introdução, 357
modo de formação, 367
natureza jurídica, 361
no Direito Brasileiro, 372 Cessionário e cedido

efeitos entre, 370 Cheque
conta bancária conjunta, 137 embargos à execução, 51 (nota) hipótese em que o banco pagou, a terceiro, por erro de importância, 218 (nota)
Classificação
no Direito Romano, 407
quanto à carga de obrigações das partes, 408
Classificação dos contratos, 405, 417, 429
necessidade do estudo, 405
Cláusula
de não indenizar, 261 exorbitante, 595
rebus sic standibus, 481
requisitos para aplicação, 482
solve et repete, 413
ÍNDICE REMISSIVO 641
Cláusula compromissória, 328, 330, 604
aspectos, 606
Cláusula penal
compensatória, 168
conceito, 167
e institutos afins, 177
em favor de terceiro e assumida por terceiro, 178
e obrigações indivisíveis, 177 excesso em comparação à obrigação principal, 176 (nota)
exigibilidade, 173 funções, 173
imutabilidade, alteração e limite, 174 moratória, 168
natureza jurídica, 167
Cláusula resolutória, 410, 518
expressa, 519
tácita, 519
Cláusulas resolutivas, 518 Cobrança
dívida comercial, 195 (nota)
Código civil alemão
contrato, 377
Código civil de 1916 arras, 552
prazos decadenciais, 568 Código civil de 2002
contratos aleatórios, 421 remissão, 338
Código de Defesa do Consumidor contrato, 383
práticas abusivas, 458
relação negocial alcançada, 386 vícios ocultos, 571
vinculação da oferta, 539
Código francês
contrato, 376
Coisa julgada, 143
Comerciante individual
aval e obrigação solidária, 335

642 DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES E TEORIA GERAL DOS CONTRATOS
Cominatória

obrigações de fazer, 105 (nota)
Comodato a termo, 157 (nota)
Compensação
compensação legal, 308
conceito, 305
efeitos, 314
em sua origem romana, 306
homogeneidade das prestações, 311 liquidez, certeza e exigibilidade, 310 modalidades, 308
natureza jurídica, 307
reciprocidade de créditos, 308
requisitos, 308
Competência recursal
consórcio, 84 (nota)
Compra e venda de trator, 85 (nota) Compreensão do contrato típico e atípico, 426
Compromisso, 325, 436
conceito, 325
de compra e venda, 38 (nota)
execução específica, 328
natureza jurídica, 327
origem histórica, 327
requisitos, 612
utilidade, 325
Condição
equivalência, 479
implícita, 479
reciprocidade, 479
Condicionantes, 206
Condictio indebiti, 206
Condomínio
ação de cobrança, 283 (nota) compensação de valores, 311
despesas anteriores à aquisição da
unidade autônoma, 63 (nota) furto em apartamento, 81 obrigação indivisível, 128 (nota)
Confusão, 331
conceito, 331
efeitos, 334
espécie, 333
fonte, 332
natureza jurídica, 331
parcial, 332
requisito, 334
total, 333
Consentimento, 448, 525
Conserto mal executado, 133 (nota) Consignação
hipótese, 274
procedimento, 277
Consignação em pagamento, 183 (nota), 223 (nota), 276 (nota)
fundamento, 276 (nota)
litígio pendente sobre o objeto da prestação, 277 (nota)

Consignatória

solidariedade ativa, 140 (nota) Consórcio
ação ordinária, 84 (nota) Construção executória, 68 (nota) Conta conjunta
solidariedade, 136 (nota) Conteúdo contratual, 326, 600 Contratante, 358 Contrato, 375
acessório, 432
aleatório no Código Civil, 421
a parte no, 448
atípico, 423
bilateral, 408
causa, 455
civil, 436
cláusula de escala móvel, 96 (nota) coativo, 400 coletivo, 399
compra e venda de produção de safra
de laranja, 152 (nota)
condicional, 420
consensual, 408, 429
consigo mesmo, 443
da administração, 593 de duração, 432
de locação, 363 (nota) desfazimento, 513 dirigido, 401
duração mínima, 434
elementos, 447
entre ausentes, 535
evolução, 380
existência, 493
extinção, 513
forma, 456
formação por meio de informática, 541
formal, 430
fundamentos da possibilidade de revisão judicial, 478
herança de pessoa viva, 546
historicidade do conceito, 380
impessoal, 435
impossibilidade da prestação, 546
inominado, 423
instantâneo, 432
integração, 474
intervenção legislativa, 479 literal, 407
lugar em que se reputa celebrado, 544 mercantil, 436
não formal, 430
não solene, 430
no código civil alemão, 377
no Código de Defesa do Consumidor, 383
no código francês, 376
nominado no Direito romano, 425
objeto, 453, 455
oferta, 531
opção, 530

oral, 407
para pessoa a declarar, 507
pessoal, 435
plurilateral, 415
ÍNDICE REMISSIVO 643
por prazo determinado, 433 por prazo indeterminado, 433 posição do terceiro, 506
preliminar, 436 preparatório, 436 principal, 432, 441 proposta, 531
prova, 456
real, 407, 429 regulamentado, 401 resilição, 515
revisão, 477
solene, 430
transitoriedade, 513
unilateral, 408, 430
validade, 546
válido, 493
Contrato administrativo, 591, 593
características, 595
espécies, 594
propriamente dito, 594
Contrato-base, 441
Contrato de adesão, 121 (nota), 389, 408
caráter abusivo, 261 (nota)
Contrato de mútuo
cerceamento de defesa, 202 (nota)
Contratos
aleatórios, 419
a prazo, 483
bilaterais comutativos, 466
com cláusulas predispostas, 394
comutativos, 419
conclusão, 525
de duração, 483
dependentes de instrumento público,
545
derivados, 441
efeitos com relação a terceiros, 501
em favor de terceiros, 503
entre presentes, 535
formação, 525

644 DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES E TEORIA GERAL DOS
CONTRATOS
gratuitos, 417
interpretação, 463
onerosos, 417
por correspondência: teorias, 535
preliminares, 530
relatividade, 501

silêncio na formação, 527
unilaterais onerosos, 483
Declaração em geral, 536
Declaratória
inexistência de relação jurídica, 117 Demanda
existência de mais de um vencedor, 127 (nota)
Demurrage e dispatch pactuados em moeda estrangeira, 95 (nota)
Contrato tipicamente de direito privado, Descumprimento da obrigação, 255, 494
594
de abertura de crédito, 160
Contrato típico, 423
Contrato típico e atípico
compreensão, 426
interpretação moderna, 426
Contrato-tipo, 398
Cota condominial
Crédito indevido em conta bancária, 224 (nota)
Credores e devedores
pluralidade, 126
Credor putativo
188
Crise do contrato, 380
Culpa do devedor, 256
Cumprimento
da obrigação alternativa, 114 (nota)
da obrigação em crise, 239
Custas
sucumbência, 127 (nota)
Dação
em pagamento, 295
requisitos e natureza jurídica, 296
Dano moral, 268
tratamento de celulite, 80 (nota)
Danos em prédio urbano vizinho, 73 (nota)
Datio in solutum, 297
Decidir por equidade: autorização para decidir, 612
de fazer, 105
Despejo
falta de pagamento, 188
infração contratual, 158 (nota) legitimidade, 62 (nota) Despersonalização do contratante,
395 Despesa condominial
obrigação indivisível, 128 (nota) cobrança, 310
pluralidade de proprietários, 133 (nota)
Destinatário das normas de interpretação, 469
Devedor
interesse em extinguir a obrigação,
271
posição do, 344

Devedores solidários, 145 (nota) Direito
cartular e direito contratual, 96 (nota)
comercial e econômico, 161 (nota) das obrigações no Código Civil, 31
de vizinhança, 102 (nota) moderno, 208
privado em face do direito público, 591
Direito contratual
princípios gerais, 389
Direito romano, 49
contrato inominado, 425 contrato nominado, 425
fonte das obrigações, 70
tratamento da matéria, 204
Direitos das obrigações
importância, 28
Direitos reais e direitos pessoais, 27
Distrato, 515
Dívida
assunção da, 350
ÍNDICE REMISSIVO 645
Empréstimos contraídos no exterior, 96
(nota)
Enriquecimento, 219
Enriquecimento sem causa, 201, 223
requisitos, 213
Entrega da coisa
obrigações de garantia, 559
Entrega da coisa certa havendo deterio-
ração, 86 (nota)
Entrega de coisa incerta, 99
Eqüidade contratual, 476
fiscal, 313
prescrita e obrigação natural, 232
portables, 196
Erro
quérables, 196
Dívidas
Doação
anulação, 57 (nota)
Dolo de aproveitamento, 460 Duplicata
falta de aceite, 138 (nota) Duplicata pagamento, 194 (nota)
Edilícias, 567 Efeitos
da constituição em mora do devedor,
246
da mora do credor, 248
das obrigações naturais, 56
da transação, 321
entre cessionário e cedido, 370
entre o cedente e cessionário, 368 Eficácia real
obrigações, 65

Embargos à execução, 49 (nota)
Embargos do credor
nota promissória, 193
execução de nota promissória, 293 (nota)
sub-rogação convencional, 288 Embargos infringentes
furto em apartamento, 81 (nota) Empobrecimento correlativo, 220
do solvens, 228
funcional, 194 (nota)
Erro médico
indenização, 81 (nota)
Esubulho, 313
Escritura pública de reconhecimento de dívida, 126
Estrutura da relação obrigacional, 35 Evicção, 322, 579
aquisição judicial, 589
conceito, 579
exclusão da responsabilidade, 586
noção histórica, 581
parcial, 588
reforço da garantia, 586
requisitos, 581
Exceção de contrato não cumprido nos contratos bilaterais, 410
Execução
compra e venda de trator, 85
das obrigações de dar coisa certa, 93
de obrigações de fazer, 102 (nota) diferida, 432
por título extrajudicial, 54 (nota), 182, 311 (nota)
sucessiva, 433
Execução específica
ação para instituição da arbitragem,
604
4009

646 DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES E TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

da cláusula compromissória, 609 das obrigações de fazer, 104 (nota) Existência
de mais de um vencedor na demanda, 127 (nota)
do crédito compensante, 312 Exoneração da excludente, 261 Extinção, 514
de obrigações, 314
do compromisso, 627
Falência
depósitos efetuados na conta corrente do representante legal, 291 (nota) improcedência,
301 (nota)
Fiança
contrato mútuo, 182
locação, 148 (nota)
novação, 302 (nota)
Fiança ou aval

inaplicabilidade das regras, 147 Financiamento bancário, 160 (nota) Fonte autônoma de obrigações, 227 Fonte das obrigações, 69 no Código Civil de 1916 e no atual Código, 73 visão moderna, 71 Fontes da confusão, 332 Força maior, 260 Força obrigatória dos contratos, 390 Forma, 515 Formalismo indireto, 431 Frustração no cumprimento da obrigação, 255 Frutos nas obrigações de dar coisa certa, 88 Fuga ao contrato, 402 Furto, 312 Garagem uso, 107 (nota) Historicidade do conceito de contrato, 380 Honorários de advogado, 586 Illegitimitas passiva ad causam, 352 (nota) Imóvel venda e compra, 68 (nota) Importação de mercadorias, 95 (nota) Imprevisão, 478 Imputabilidade, 492 Imputação de pagamento feita pelo credor, 292 Inadimplemento feita pelo devedor, 293 absoluto, 241 cláusula penal, 168 relativo, 241, 243 Inadimplemento antecipado resolução, 522 Indébito repetição, 220 Indenização, 264 danos morais e materiais, 80 (nota) erro médico, 81 (nota) por danos ao imóvel locado, 152 (nota) responsabilização de médico e hospital, 80 (nota) transporte de cargas, 80 (nota) Indivisibilidade, 323 e solidariedade, 129 Inexecução, 255 das obrigações sem indenização, 260 Inexecução involuntária resolução, 522 Iniciativa de um dos contratantes, 517 Instrumento particular irrevogável, 545, 546 Instrumento particular irrevogável, 545, 546 Intangibilidade do contrato, 376 Integração dos contratos, 474 Interpretação aspectos, 470 destinatários das normas, 469 integrativa, 474

linhas, 465
Mercadorias
importação, 95
Modem, 542
ÍNDICE REMISSIVO 647
Moeda estrangeira, 96
Montante do direito do evicto, 586
moderna do contrato típico e atípico, Mora, 243
426
nossa lei, 466
particularidades, 469
regras, 470
restritiva da transação, 325
sentido, 463
Intervenção do alienante no processo, 583
Intimação, 585
Intimado, 585
Irrevogabilidade, 533
Juros
capitalização, 160 (nota)
espécies, 158
reais, 160 (nota)
Leasing, 96 (nota)
Lesão, 458
Linhas de interpretação, 465
Linha telefônica, 542
Locação
ação de despejo por infração contra- tual e legal, 363 (nota) Locupletamento ilícito, 213
Má-fé do accipiens, 236
Mandado de injunção, 160 Marca
prescrição, 109 (nota) Mediação, 331, 603
Médico
tratamento ineficiente, 80 (nota) Melhoramentos, 88
acréscimos e frutos nas obrigações de restituir, 91
do credor, 247
do devedor, 244
Multa diária, 171
Multa moratória, 175 (nota)
diária, 172 (nota)
Muro de arrimo que não atende às ne- cessidades em caso de desmorona- mento, 102
(nota)
Música ao vivo
cessação, 111 (nota) Mutatis mutandis, 368
Natureza jurídica das obrigações naturais, 54
Negociação preliminar, 437
Negócio jurídico, 375
Nota promissória
ação de cobrança, 125 (nota)

execução por título extrajudicial, 52 (nota)
promessa de pagamento com sub-rogação, 290 (nota)
Novação, 299
conceito e espécies, 299
efeitos, 304
não ocorre a objetiva ou a real, 300 requisitos, 302
Novas manifestações contratuais, 389, 394
Atual código
prazos decadenciais, 568 Nulidade da transação, 324
Objeto
da consignação, 272
da relação obrigacional, 37

648 DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES E TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

Obrigação
crise no cumprimento, 239
de restituir, 430
Obrigação alternativa, 113
acréscimos sofridos, 120
concentração e cumprimento, 115 Obrigação a termo
mora, 158
Obrigação de não fazer
abstenção da fabricação de filtro de água, 111 (nota)
Obrigação facultativa
efeitos, 122
Obrigação indivisível
despesa condominial, 128 (nota)
Obrigação solidária
principais efeitos, 140
Obrigações
alternativas e facultativas, 112
a termo, 155
classificação, 75
com eficácia real, 65
conceito, 24
condicionais, 151
cumulativas e alternativas, 112
de dar, 82
de dar coisa certa, 83
de dar coisa incerta, 98
de dar e de fazer, 103
de fazer e de não fazer, 101
facultativas, 120
fonte autônoma, 227
infungíveis de fazer, 107 (nota)
in solidum, 132

líquidas e ilíquidas, 148
modais, 154
não compensáveis, 312
outras modalidades, 147 Obrigações de fazer, 101 descumprimento, 105 Obrigações naturais, 47, 54 efeitos, 56
no campo jurídico, 21 no direito brasileiro, 50 obra ilegal, 54 (nota) pecuniárias, 93, 158, 163
principais e acessórias, 147
reais (propter rem), 59
Obrigações solidárias
antecedentes históricos, 131 conceito, 131
Oferta
dação em pagamento, 297 (nota)
força vinculante, 532
Ônus reais, 63
e obrigações reais, 64
Pacote turístico: transtornos, 195 (nota)
Pacta sunt servanda, 390
Pacto comissório, 518
de fazer fungível e não fungível, 104 Pagamento, 179
(nota)
de garantia, 81
de juros, 158
de meio, 78
de não fazer, 109
de restituir, 89
de resultado, 78
divisíveis e indivisíveis, conceito, 123
espécies, 75
extinção, 271
extinção normal, 179
a companheira do locador, 188 (nota)
a credor ou putativo, 188 (nota)
a maior, 225 (nota)
de débito por terceiro executado, 183
de dívida condicional, 231
de dívida por terceiro interessado, 182 (nota)
efetuado por terceiro não interessado, 184 (nota)
em geral, 225
feito ao inibido de receber, 189
formas especiais, 271
imputação, 290
imputação feita pela lei, 294
imputação feita pelo credor, 293
lugar, 196
natureza jurídica, 180
objeto e prova, 191
ÍNDICE REMISSIVO 649
Poder de transigir, 320

Posição das obrigações no campo jurídico, 21

Posição do devedor, 344

Posse imobiliária, 66 (nota)

Possibilidade de renúncia à exceção de contrato não cumprido, 413

para fim ilícito, imoral ou proibido Práticas abusivas no Código de Defesa por lei, 233

parcial, 144

por consignação, 271

prova, 192

sem causa, 195 (nota) tempo, 198

Pagamento com sub-rogação

conceito, 283

natureza jurídica e institutos afins, 284

origem histórica, 284

Pagamento feito a terceiro

validade, 189

Pagamento indevido, 201, 225

como fonte de obrigações, 203

que teve por objeto um imóvel, 234 pressupostos, 227

Parte

conceito, 440

contratual, 391

Patrimonialidade da prestação, 39

Pena convencional

inaplicação, 265 (nota)

Penhora

execução por título extrajudicial, 331 (nota)

Perda

do objeto, 300 (nota)

ou deterioração da coisa nas obrigações de dar coisa certa, 86

Perdas e danos, 255, 264

Período pré-contratual, 529

Pluralidade de credores e de devedores, 126

do Consumidor, 458

Pré-contrato, 436

execução específica, 438

inominado, 430

Prejuízo de terceiros, 313

Pressuposição, 479

Prestação de obrigação alternativa, 114 (nota)

Princípio

da boa-fé nos contratos, 392

da locus regit actum, 546

da obrigatoriedade dos contratos, 477

da relatividade dos contratos, 391
de saisine, 450
Procedimento arbitral, 616
Promessa
de compra e venda: rescisão, 172 (nota)
de contrato, 436
de fato de terceiro, 509
Proposta
aceitação, 534
duração, 535
eficácia, 535
não obrigatória, 534
pelos sucessores do ofertante: manutenção, 533
Prova da culpa, 259
Purgação da mora, 250
Quantum indenizatório, 369 Quitação, 516

650 DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES E TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

Recibo, 516
Reconhecimento negativo da dívida, 336 Responsabilidade pela perda ou deterioração
Responsabilidade extracontratual, 489 Recusa de contratar, 495
Relação contratual
antecedentes históricos, 378
desfazimento, 513
universo da, 375
verdadeiros terceiros, 503
Relação negocial alcançada pelo Código de Defesa do Consumidor, 386
Relações não contratuais, 402
Remissão, 335
afinidades, 335
conceito, 335
efeitos, 337
espécies, 335
expressa, 335
natureza jurídica, 335
no Código Civil de 2002, 338
origem histórica, 335
parcial, 335
tácita, 335
total, 335
Repetição de indébito, 195 (nota), 220
(nota), 287 (nota)
Rescisão, 514, 518
contratual, 169
de contrato de compra e venda, 38 (nota)
Resilição, 514

bilateral, 515
unilateral, 515, 517
Resolução, 514, 518
por inadimplemento voluntário, 243
Responsabilidade civil
conseqüências, 493
requisitos, 493
ração da coisa
nas obrigações de dar coisa certa, 86 nas obrigações de restituir, 90 Responsabilidade
pós-contratual, 489, 499
Responsabilidade pré-contratual, 489, 494, 529
Responsabilidade tributária
solidariedade, 135 (nota)
Restituição
de pagamento indevido, 220 (nota) objeto, 217
Retratibilidade da concentração, 120 Revelia
justificativa tardia, 79 (nota)
Revisão do contrato
como se opera, 483
efeitos, 483
Revisão judicial
cláusula de exclusão, 487 Revogação, 505, 514, 517
Rompimento de negociações prelimina- res, 497 Roubo, 312
Seguro relacionado a acidente de trânsito, 126
Sentença arbitral, 619
estrangeira, 624
nulidade, 622
requisito, 582
Serviços publicitários, 181 (nota)
Servidor público
enquadramento funcional equivocado, 217
Responsabilidade contratual, 489
requisitos, 493
Responsabilidade do advogado por ne-
ne-
Sinal, 549
gligência comprovada no desempenho
do mandato judicial, 79
conceito, 549
Síntese do pensamento romano, 207
Sistema
alemão, 208
da agnação, 536
da cognição, 535
da informação, 535
francês, 208
Software, 542 Solidariedade, 129
aspectos processuais, 143

características e fundamento, 133
extinção, 145
fontes, 134
Solidariedade ativa, 136
efeitos, 138
extinção, 139
Solidariedade passiva, 136 (nota), 139
Solvens, 182
erro, 228
Subcontratos, 441
Sub-rogação, 344
convencional, 287
efeitos, 288
legal, 285
Subsidiariedade da ação, 222 Substituição
exoneração do avalista da obrigação, 354
Sucessão da parte nos contratos, 449 Sucessor
a título universal, 501 mortis causa, 501
Sujeitos da relação obrigacional, 36
Teoria
atomística, 361
da absorção, 427
da combinação, 427
da complexidade negocial, 361
da expedição, 536
da extensão analógica, 427
da recepção, 536
ÍNDICE REMISSIVO
651
do enriquecimento sem causa no di-
reito brasileiro, 212 (nota)
unitária, 361
Teoria da imprevisão, 477
justificativa para aplicação judicial,
479
Teoria das obrigações
evolução, 29
Tipicidade social, 426
Tipificações, 393
Título da obrigação
devolução voluntária, 339
entrega voluntária, 339
extrajudicial, 184 (nota)
Título executivo judicial, 326
nulidade declarada via embargos do devedor, 320 (nota)
Transação, 315
agravo contra despacho que determi-
nou a execução, 318 (nota)

características, 316
conceito, 314
efeitos, 321
forma, 318
imobiliária, 316
interpretação restritiva da, 324
modalidades, 318
natureza contratual da, 316 objeto, 319
peculiaridades, 315
validade, 320 (nota)
Transmissão
das obrigações, 341, 358
Transmissibilidade das obrigações, 341 Tratamento médico ineficiente, 80 (nota)
Triplicata
emissão decorrente de substituição, 301 (nota)
Universo das relações contratuais, 375
Uso de garagem, 107 (nota)
4009

Dobre aqui

Cole aqui

652 DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES E TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

Validade

do contrato, 368

do crédito compensante, 312

Vencimento antecipado da obrigação,
123 (nota)

Venda sob hasta pública

exclusão da garantia, 566 Viagem aérea

ação de indenização, 266

Vício

aparente, 574

oculto, 574

Vício redibitório, 559 conceito, 560

efeitos, 564

noção histórica, 562 requisitos, 563

Vínculo jurídico da relação obrigacional,
42

Vontade

expressa, 526

no plano contratual, 440

privada, 591

tácita, 526

Vontade contratual, 525

formação, 529

formas de manifestação, 451 vícios, 458

Vulnerabilidade do consumidor, 571

Sim. Quero fazer parte do banco de dados seletivo da Editora Atlas para receber informações sobre lançamentos na(s) área (s) de meu interesse.

Sexo: O Masc. O Fem.

Est. Civil: O Solteiro O Casado

Nome:

CPF:

Data de Nascimento:

End. Residencial:

Cidade:

Tel. Res.:

Fax:

CEP: E-mail:

End. Comercial:

Cidade:

Tel. Com.:

CEP: E-mail:

Fax:

De que forma tomou conhecimento desse livro? Jornal

Impressão e Acabamento

CEOGRÁFIGA

editora

Revista

Indicação de Professores

Internet Outros:

☐ Rádio

☐ TV

Mala Direta

Remeter correspondência para o endereço:

O Residencial

O Comercial

Dobre aqui

x

.....

Corte aqui

DIRCITO CIVIL VOLUME

IL VOLUME 2/ VCNOSA

Indique sua(s) área(s) de interesse:

O Direito Civil / Processual Civil

O Direito Penal / Processual Penal

O Direito do Trabalho / Processual do Trabalho

O Direito Financeiro Tributário / Processual Tributário

O Direito Comercial

O Direito Administrativo

O Direito Constitucional

O Direito Difusos e Coletivos Outras Áreas

Comentários

CARTA - RESPOSTA Não é necessário selar
O selo será pago por:
01216-999- São Paulo - SP
editora
atlas
ISR-40-2373/83
U.P.A.C Bom Retiro
DR/São Paulo
E

COLEÇÃO DIREITO CIVIL

Silvio de Salvo Venosa

A obra compreende, em sete volumes, todos os ramos do Direito Civil, expondo os temas de forma didática, sem prejuízo da profundidade. Trata-se de obra de estudo para o bacharelado, de consulta para os profissionais do Direito e de referência para o pós-graduando. A doutrina nacional e estrangeira é mencionada com a frequência necessária, evitando-se, porém, transcrições e referências supérfluas à praticidade do texto. Nem por isso o autor foge das questões controvertidas, apresentando sempre as mais recentes posições doutrinárias e jurisprudenciais, indicando aquelas que, por sua experiência de magistrado e advogado, parecem- The as mais convenientes. Tendo em vista o recente Código Civil, o autor mantém nesta edição estudo com- pleto e comparado entre o Código atual e o Código Civil de 1916, que por muito tempo ainda gerará questões e servirá de base de estudos. Todos os institutos intro- duzidos no novel ordenamento foram examinados, inclusive as propostas de mo- dificação.

Volume 1

PARTE GERAL

Volume 2

TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES E

TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

Volume 3

CONTRATOS EM ESPÉCIE

Volume 4

RESPONSABILIDADE CIVIL

Volume 5

DIREITOS REAIS

Volume 6

DIREITO DE FAMÍLIA

Volume 7

DIREITO DAS SUCESSÕES

publicação atlas

www.atlasnet.com.br

ISBN 85-224-3720-3

9788522 437207